



ESTATUTO SOCIAL DO
GRUPO DE APOIO AOS MENINOS E MENINAS - GAMM
GRAVATÁ-PE

CAPÍTULO PRIMEIRO
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVOS, PRAZO E DURAÇÃO

ARTIGO 1º - O Grupo de Apoio aos Meninos e Meninas de Gravatá, com a sigla "GAMM", é uma Organização da Sociedade Civil de Gravatá, de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ nº 09.033.390/0001-70, com objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, a qual se regerá pelos artigos 56 a 61 do Código Civil, pelas demais disposições legais aplicáveis e por este Estatuto, com sede própria na Rua do Cruzeiro, nº 421, CEP 55.644-160 – Bairro do Cruzeiro – Gravatá-PE.


ARTIGO 2º - O GAMM tem por objetivos:


- a) Estudar e buscar soluções para os meninos, meninas e seus educadores;
- b) Promover atividades educativas, profissionalizantes, culturais, recreativas e sociais, visando o desenvolvimento integral dos meninos, meninas, jovens, seus familiares e seus educadores num processo de ação-reflexão-ação;
- c) Administrar bens móveis e imóveis do grupo já adquiridos ou que venha a adquirir;
- d) Reivindicar melhorias do Poder Público em benefícios dos atendidos, suas famílias e a comunidade em geral, além de seus assossicados;
- e) Fazer parceiras com outros grupos que estão na luta por melhores dias;
- f) Editar boletins e publicações formativas e informativas, podendo inclusive montar rádio comunitária, que será regida por regimento interno a ser criado pelo Conselho Administrativo e submetido a Assembleia Geral Extraordinária;
- g) Promover ações básicas para o combate a miséria estimulando a geração de renda das famílias dos meninos e meninas;
- h) Promover atividades educativas e de saúde incluindo prevenção de HIV-AIDS e redução de danos;
- i) Desenvolver projetos e/ou atividades que visem a melhoria da qualidade de vida de pessoas idosas;
- j) Estimular a geração de grupos de produção e renda para a comunidade;
- k) Atuar na defesa e promoção da livre orientação sexual e de livre identidade/expressão de gênero;
- l) Atuar para garantir Políticas Públicas de promoção da inserção no mercado de trabalho de pessoas LGBTQIA+;
- m) Participar das instâncias de controle social, advocacy e accountability das Políticas Públicas em todas as áreas relevantes junto as Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e junto ao Ministério Público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não haverá discriminação com relação a credo, religião, cor, sexo, nacionalidade ou posição ideológica de seus associados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O GAMM é por tempo indeterminado;

PARÁGRAFO TERCEIRO - O GAMM, se dedicará às atividades previstas em seus objetivos, mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.


Edson Oliveira
Advogado
OAB-PE 16766



PARÁGRAFO QUARTO - A Organização, para a consecução de suas finalidades, poderá celebrar negócios, contratos, convênios, termos de fomento, cooperação, colaboração e parcerias, ser proponente de projetos junto às leis de incentivo à nível municipal, estadual e/ou federal, leis de deduções fiscais junto aos Fundos Municipais da Criança, adolescentes e da Pessoa Idosa, articulando-se, de modo adequado ao seu objeto, com órgãos e entidades do País ou do exterior. Podendo também fazer parcerias e fechar projetos com empresas privadas.



CAPÍTULO SEGUNDO DOS ASSOCIADOS

ARTIGO 3º - O GAMM terá três tipos de associados:
Efetivos, cooperadores e beneméritos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Serão admitidos como associados efetivos, independentemente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa, os interessados que o requererem formalmente e tiverem os seus nomes submetidos e aprovados pelo Conselho Administrativo, observando-se os seguintes critérios:

- I. Apresentação de cédula de identidade e, no caso de menores de dezoito anos, autorização dos pais ou responsáveis;
- II. Concordar com o presente estatuto e comungar em sua atuação, na Organização e fora dela, com os princípios nele definidos;
- III. Ter idoneidade moral e reputação ilibada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: São direitos dos associados efetivos:

- a) Votar e ser votado para qualquer cargo do Conselho Administrativo;
- b) Participar de todas as Assembleias e reuniões quando convocadas, fazendo cumprir suas deliberações;
- c) Usufruir de todos os benefícios da Associação;
- d) Requerer a convocação da Assembleia Geral em caráter ordinário ou extraordinário.

PARÁGRAFO TERCEIRO: São deveres dos associados efetivos:


- a) participar e votar nas Assembleias e reuniões;
- b) zelar pelo engrandecimento e aprimoramento da entidade;
- c) cumprir rigorosamente as obrigações inerentes a cargo a que vier ocupar;
- d) exigir o cumprimento dos objetivos e determinações deste estatuto e respeito, por parte do Conselho Administrativo, nas decisões das Assembleias Gerais;
- e) promover e manter com os associados o espírito de solidariedade e harmonia.

PARÁGRAFO QUARTO: Os associados efetivos estão sujeitos às seguintes penalidades:

- a) advertência verbal e/ou escrita, suspensão e eliminação do quadro social, se descumprir previsões deste Estatuto e decisões tomadas em assembleias gerais, levando-se em conta para a penalização a gravidade do fato;

PARÁGRAFO QUINTO: A eliminação do associado efetivo dar-se-á:

- a) por vontade própria, mediante pedido por escrito, dirigido ao Conselho Administrativo;
- b) por morte do associado;


Edson Oliveira
Advogado
OAB-PE 16766



- c) por exclusão, em virtude de falta grave, devendo, neste caso, o Presidente do Conselho Administrativo informar expressamente ao associado o motivo que enseja a sua exclusão, assegurando-se-lhe o amplo direito de defesa, no prazo de dez dias, a contar da data da referida comunicação, após o que decidirá a Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim.

ARTIGO 4° - Serão Associados Cooperadores todas aquelas pessoas que contribuam sistematicamente com recursos financeiros para o grupo.

ARTIGO 5° - Associados Beneméritos são aqueles que prestam serviços a solução da problemática das crianças e adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- Os associados beneméritos terão direito a um troféu e sua entrega deverá se possível feita em seção festiva.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para que uma pessoa seja considerada associado benemérito do GAMM, será necessário que um associado efetivo faça a solicitação numa reunião do Conselho Administrativo.

ARTIGO 6° - Será eliminado o associado que deixar de cumprir o que estiver determinado neste estatuto ou no regimento interno do grupo mediante votação pelo Conselho Administrativo.

ARTIGO 7° - Os associados não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações contraídas expressa ou tacitamente por seus representantes em nome da Organização.

CAPÍTULO TERCEIRO DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 8° - São Órgãos da Administração:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho Administrativo;
- c) Conselho Fiscal.

ARTIGO 9° - O GAMM terá um Conselho Fiscal composto de três membros, com função de verificar as contas do Conselho Administrativo e emitir parecer formativo em Assembleias Gerais.

ARTIGO 10 - DA ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia geral realizar-se-á ordinariamente uma vez por ano, contando a partir da data de fundação sob convocação do Conselho Administrativo.

ARTIGO 11 - Compete privativamente a Assembleia Geral:

- a) Convocar eleição para renovação do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal e eleger seus membros;
- b) Julgar atos do Conselho Administrativo, apreciar e emitir parecer;
- c) Admitir e excluir associados do quadro de administração;

Edson Oliveira
Advogado
OAB-PE 16766

Ass

[Assinatura]

- d) Examinar e deliberar sobre o balanço financeiro do Conselho Administrativo;
- e) Discutir, apreciar, aprovar ou rejeitar projetos do Conselho Administrativo;
- f) Cassar mandatos de membros do Conselho Administrativo e do Conselho fiscal, procedendo na ocasião a de um associado que estava na suplência;
- g) Decidir sobre a extinção do grupo e da destinação patrimônio;
- h) Alterar o estatuto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira chamada, com a presença da metade mais um dos associados da Organização, e, em segunda chamada, trinta minutos após, com qualquer número de presentes, com as decisões sendo tomadas por maioria simples de votos dos presentes;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para as deliberações a que se referem as letras G, H e I, será exigido o voto de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de dissolução, que o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza e que preencha os requisitos do artigo 33 Inciso III da Lei Federal 13.019/2014 e o artigo 38 Inciso II do Decreto Estadual 44.474/2017.

ARTIGO 12 - A convocação da Assembleia Geral Ordinária, será pelo Conselho Administrativo.

ARTIGO 13 - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pelo Conselho Administrativo, Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos associados, e, deliberará somente sobre assuntos pela qual foi convocada.

ARTIGO 14 - O Conselho Administrativo será constituído por:

- a) Presidente;
- b) Secretário;
- c) Tesoureiro;
- d) 01 - Suplente.

PARÁGRAFO ÚNICO - O mandato do Conselho Administrativo será de quatro anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho Administrativo:

- I - Representar o grupo ativa ou passivamente, judicial e extrajudicialmente nas suas relações contenciosas com terceiros;
- II - Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Administrativo;
- III - Elaborar o programa anual de atividades;
- IV - Contratar e demitir funcionários;
- V - Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum.

Edson Oliveira
Advogado
OAB-PE 16766

Atel

PARÁGRAFO ÚNICO - O Conselho Administrativo, representado pelo Presidente e Tesoureiro, poderá emitir procuração pública para a pessoa do Diretor Executivo, com poderes devidamente discriminados.

ARTIGO 16 - O Conselho Administrativo reunir-se-á no mínimo uma vez por mês.

ARTIGO 17 - Compete ao Presidente:

- I- Representar o GAMB judicial e extrajudicialmente;
- II- Cumprir e fazer cumprir este estatuto e regimento interno;
- III- Coordenar a Assembleia Geral;
- IV- Convocar e coordenar as reuniões do Conselho administrativo;
- V- Assinar os cheques com o tesoureiro, realizar transferências bancárias e pix com o tesoureiro;
- VI- Tomar resoluções "ad-referendum" da Diretoria Administrativa em casos imprevistos e inadiáveis, notificando logo após o ato.

ARTIGO 18 -COMPETE AO SECRETÁRIO:

- I- Secretariar as reuniões do Conselho Administrativo e Assembleias Gerais e redigir as atas;
- II- Publicar todas as notícias das atividades da Organização.

ARTIGO 19 - COMPETE AO TESOUREIRO:

- I- Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- II- Pagar as contas autorizadas pelos coordenadores;
- III- Conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos a tesouraria;
- IV- Assinar os cheques com o presidente, realizar transferências bancárias e pix com o tesoureiro;

PARÁGRAFO ÚNICO: Na vacância do Presidente, assumirá o Secretário, o qual será substituído automaticamente pelo Suplente, devendo, no prazo de 30 (trinta) dias, o Conselho Administrativo convocar uma Assembleia Geral Extraordinária para a escolha de um novo suplente.

ARTIGO 20 - O Conselho Fiscal será constituído por três membros e um suplente, eleitos pela Assembleia Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato do Conselho Administrativo.

ARTIGO 21 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Examinar os livros de escrituração da Entidade;
- II- Examinar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro opinando a respeito.

Edson Oliveira
Advogado
OAB-PE 16766

Axel



ARTIGO 22 - As atividades dos Conselheiros, bem como dos associados serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem. Sendo todo o patrimônio do Grupo, destinado à execução dos seus objetivos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para executar os trabalhos diários no GAMB, será criado um Grupo Gestor, que poderá ser remunerado na forma da Lei 13.151/2015, de acordo com as dotações orçamentárias do GAMB, composto por:

- a) Diretoria Executiva;
- b) Diretoria Pedagógica;
- c) Assessoria Administrativo-Financeira.

CAPÍTULO QUARTO DAS ELEIÇÕES

ARTIGO 23 - As eleições do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal, serão realizadas em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim no qual devem estar presentes todos aqueles que desejam assumir qualquer cargo social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Considerar-se-ão eleitos para o Conselho Administrativo, os três candidatos mais votados, com seus respectivos cargos e um suplente. E os três mais votados para o Conselho Fiscal com mais um suplente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Observando-se o empate para a composição de qualquer cargo, serão feitas tantas votações quantas forem necessárias para que haja desempate.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O voto será secretamente a pessoa do candidato.

PARÁGRAFO QUARTO - As eleições serão efetuadas no período de dez a quinze dias antes do término do mandato do Conselho anterior.

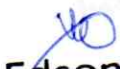
PARÁGRAFO QUINTO - A posse do Conselho eleito realizar-se-á no último dia do mandato do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal substituído.

PARÁGRAFO SEXTO - O Grupo Gestor será nomeado pelo Presidente do Conselho Administrativo eleito, logo depois da sua posse, podendo o referido Presidente, a qualquer tempo, durante o seu mandato, renovar o Grupo Gestor.

CAPÍTULO QUINTO DO PATRIMÔNIO E RENDA SOCIAL

ARTIGO 24 - O patrimônio do GAMB será formado:

- I- Bens móveis e imóveis, que foram adquiridos por compras doações ou legados;
- II- Por doativos ou legados de qualquer natureza e heranças jacentes;


Edson Oliveira
Advogado
OAB-PE 16766





- III- Rendas provenientes dos seus bens e serviços;
- IV- Contribuições e subvenções diversas inclusive Termos de Parceria, Colaboração e/ou Fomento, firmados com Entidades Públicas e Privadas Nacionais e Estrangeiras;
- V- Contribuições e valores recebidos em razão de eventos, projetos, cursos, concursos, pesquisas, oficinas, seminários, congressos, shows, comercialização de produtos, publicação de livros, artigos e congêneres;
- VI- Valores, patrocínios ou auxílios diversos recebidos em razão de prestação de serviços, convênios, consultorias, contratos, parcerias, projetos e programas socioeducativos;
- VII- Juros e dividendos decorrentes de aplicações financeiras;
- VIII- Receitas oriundas de Termos de Fomento, Colaboração e Cooperação;
- IX- Contratos de parcerias com empresas privadas;
- X- Editais e chamamentos públicos.

PARÁGRAFO ÚNICO: O GAMB, não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, aplicando integralmente seus recursos na execução da sua finalidade estatutária.

CAPÍTULO SEXTO DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS LIVROS

Art. 25 - O exercício social terá duração de um ano, terminado em 31 de dezembro de cada ano.


Art. 26 - No fim de cada exercício social, a Diretoria fará e elaborará, com base na escrituração contábil da associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração da mudança do patrimônio líquido e do Fluxo de Caixa, além das notas explicativas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prestação de contas do GAMB observará no mínimo:

- I- Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II- A publicidade, por qualquer meio eficaz, sendo nas redes sociais, locais de fácil acesso, isso no encerramento do exercício fiscal, com relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para manter em dia a contabilidade, o GAMB terá os livros e registros necessários ou exigidos por lei.

CAPÍTULO SÉTIMO DISPOSIÇÕES GERAIS


Edson Oliveira
Advogado
OAB-PE 16766







ARTIGO 27 - Os casos omissos e não previstos neste estatuto, serão resolvidos pelo Conselho Administrativo e levado a Assembleia Geral para ser resolvido e referendado.

ARTIGO 28 - O presente estatuto poderá ser reformado em qualquer tempo em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, obedecendo o disposto no Parágrafo Segundo do artigo 11 e, entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Gravatá, 08 de agosto de 2024.

Daniel Gomes de Lima
Daniel Gomes de Lima
Presidente

Axel de Oliveira Silva
Axel de Oliveira Silva
Tesoureiro

Edson Oliveira
Edson Oliveira
Advogado
OAB-PE 16766

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO – SERVIÇOS REGISTRAL E NOTARIAL – MADALENA MEDEIROS DO NASCIMENTO – Tabelão Oficial
Rua Pe. Joaquim Cavalcanti, 192 – Centro – CEP: 55641-150 – Gravatá / PE Fone: (81) 3533-0450 – E-mail: rpidegravata@gmail.com ORLINE ROSELIE NASCIMENTO MENEZES – Substituta
ORLANDO DO NASCIMENTO JÚNIOR – Substituto

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA
-AVERBACAO-
Documento protocolado sob nº 016481 e registrado no Livro A 0020 sob nº 00791 e folha 019 e arquivado neste Serviço.
Este documento é uma averbacao ao Reg 000065 Liv. A-0001 Gravatá-PE, 22/08/2024 09:15:20.
SELO DIGITAL: 0077123.RRJ05202401.00070
Para consultar o selo, acesse <https://selo.tjpe.jus.br>

Orlando do Nascimento Junior
ORLANDO DO NASCIMENTO JÚNIOR – Substituto

